Editorial:

A Panacéia da ajuda externa

Quando terminou a Segunda Grande Guerra os vencedores assentaram-se à mesa de conferências a fim de reorganizar o mundo de tal forma que a paz se perpetuasse e o espetro da guerra e da discórdia jamais pudesse se instalar outra vez entre as nações. Esta era a parte tradicional dos objetivos buscados em 1945 pelas Grandes Potências, uma vez que a busca da paz e o seu estabelecimento definitivo já fora planejado várias vezes após a cessação das guerras. O que havia de novo nos objetivos que se propunham então os Grandes era o de eliminar a pobreza e a miséria da face do planeta, pois o grande desenvolvimento tecnológico e a capacidade de multiplicar o esforço humano não mais permitiam se concebesse a pobreza como regra. Não era mais possível receber resignadamente o oráculo secular ao afirmar ser lei inevitável que alguns poucos seriam ricos e disporiam dos privilégios e dos benefícios conferidos pela riqueza, enquanto a grande maioria permaneceria na pobreza, a cumprir o seu triste destino nesta terra abrasadora no verão e igualmente insuportável no inverno. Com esse espírito foi dado início ao movimento de ajuda aos países pobres ou subdesenvolvidos que foi julgado alvo suficientemente importante para ser colocado sob a égide da Organização das Nações Unidas no princípio da década dos cinquenta. Não apenas a nível da ONU, mas outros países e grupos de países, cuidaram de criar suas próprias instituições para ajudar os menos favorecidos na cruzada secular contra a miséria. O falecido Secretário Geral DAG HAMMARSKJOLD afirmara que nosso século seria julgado pela história não pelos seus feitos tecnológicos ou por suas façanhas na arte da guerra, mas pela sua capacidade e disposição de eliminar da face da terra a doença, a miséria, a fome e o analfabetismo. O presidente John F. Kennedy julgou-se também no dever de batizar os anos sessenta como decisivos, pois seriam os constitutivos da década do desenvolvimento. Mais de vinte anos se passaram desde que a ajuda externa teve início e os resultados, se animadores quando vistos sob um ponto de vista, não podem impedir que nos tornemos sombrios ao contemplar o processo na sua inteire*za.* O grande triunfo se fez sentir na Europa. O Plano Marshall conseguiu reerguer a Europa das ruínas e dos escombros deixados por seis anos de guerra total. Mas o que se fez foi apenas recuperar sociedades que antes do conflito já eram contadas entre as mais desenvolvidas. E não constituía objetivo principal da "ajuda externa" os países destruídos pela guerra, mas principalmente àqueles que jamais haviam desfrutado dos benefícios do desenvolvimento econômico e s:Jcial. A África, a Ásia e a América Latina continuam sendo hoje o que eram há vinte anos atrás e talvez o que sempre foram, salvo por pequenas mudanças regionais. As importâncias consignadas pelos países "doadores" são mais do que modestas, qualquer que seja o critério que se adote para medição de seu esforço. No caso dos Estados Unidos, indiscutivelmente o que mais tem contribuído com fundos para "ajuda externa", constataremos que o total destinado não tem sido superior nos últimos cinco anos a 0,5% do seu Produto Interno. A União Soviética tem uma contribuição menor do que esta, e os países europeus permanecem com um nível de contribuição ainda menor. Desnecessário recordar que as necessidades de auxílio dos países em desenvolvimento são enormes e que consignações imensas de recursos devem ser feitas a fim de que possam obter algum sucesso que lhes permita atingir a fase de crescimento "autossustentado", sem retrocessos sistemáticos. As

gotas de ajuda externa muito pouco têm feito. De maneira geral já se afirmou que mal e mal recompõem o poder aquisitivo dos países subdesenvolvidos em face da deterioração dos "termos de comércio", mantendo estáveis os respectivos *déficits* de seus balanços de pagamentos. Os países "doadores" e motores do processo declaram não poder arcar com maiores encargos de auxílio externo do que os que já vê adotando, porque seus problemas internos e outros compromissos no setor externo, via de regra de natureza militar, os obrigam a tomar medidas de austeridade para manter os seus próprios orçamentos precariamente equilibrados. É o caso típico das superpotências, Estados Unidos e União Soviética, atualmente envolvidas numa nova "arrancada" armamentista (os cinturões de mísseis e antimísseis) na guerra vietnamita. Os Estados Unidos não destinarão provavelmente mais do que 2,8 bilhões de dólares num orçamento que totaliza 130 bilhões para um Produto Interno Bruto que se estima atinja cerca de 730 bilhões de dólares. Como consequência da experiência que se viveu nos últimos anos de ajuda externa, a década em que vivemos é particularmente melancólica porque não mais existe o sucesso do Plano Marshall como consôlo, generalizou-se insatisfação com relação à "ajuda externa" tanto por parte dos países recebedores, que não veem nos programas de ajuda, bem como nos montantes recebidos, nada que permita vislumbrar um futuro mais promissor, como entre os países doadores que percebem poucos "resultados" e "vantagens" nos programas de ajuda. A pressão sofrida pelos governos desses países por parte da própria população é no sentido de que a ajuda externa é inconcebível quando tantos problemas e necessidades ainda existem nos próprios países. Deverá ser realmente difícil convencer o contribuinte francês, inglês, norte-americano ou soviético de que parte de seus impostos são destinados, por exemplo, a custear os estudos de jovens de outros países, "menos favorecidos", quando seus filhos não podem frequentar uma universidade em seu país de origem. Argumentos dessa natureza são particularmente importantes em épocas de eleição, quando o governo, tem que assegurar votos para permanecer no poder. Os relatórios oficiais da Organização das Nações Unidas abandonaram o ar otimista do início da década dos cinquenta e passam a reconhecer que a pobreza, a miséria, as endemias e o analfabetismo continuarão sendo o quinhão de dois terços da humanidade num futuro previsível. E os economistas também pouca esperança depositam nos atuais esquemas de ajuda externa enquanto promotores do crescimento econômico, reafirmando-se a tese de que o desenvolvimento terá de ser conseguido pelo esforço exclusivo dos países em questão, seja pela restrição dos já parcos níveis de consumo, por poupança forçada e por outros mecanismos, deixando, porém, de lado o recurso a fontes externas, cuja contribuição além de insuficiente é sempre aleatória.

Carlos O. Bertero